

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE

Aos quinze dias do mês de junho de 2007, das 14:00 às 17:00 horas, estiveram reunidos no auditório do colégio Liceu, no município de Jaguaribara, os representantes das instituições membros deste comitê, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I) Abertura/Informes; II) Discussão e elaboração de propostas do CSBH Médio Jaguaribe para o Plano Plurianual do Estado do Ceará; IV) Encaminhamentos. A reunião teve início com o Sr. Antônio Martins da Costa, representante da Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará, relatando que essa é uma situação nova que se estabelece, ou seja, a idéia dos comitês participarem da formulação do Plano Plurianual – PPA do governo para o período 2008-2011. Ele informou que as diretorias dos comitês que estiveram presentes na reunião do grupo de articuladores, dia 29 de junho de 2007, puderam presenciar a solicitação do secretário dos recursos hídricos, Sr. César Augusto Pinheiro, que abriu o encontro e falou da necessidade de contribuição dos comitês na elaboração de propostas para o PPA. Segundo o Sr. Antônio Martins, esse fato é muito importante, tendo em vista que os colegiados há muito tempo reivindicavam a participação na montagem do plano de recursos hídricos, seja plurianual ou mesmo dos planos anuais. Desta forma, ele falou que considera essa uma oportunidade ímpar na nossa história de execução da política estadual, sendo a primeira vez que os comitês estão sendo convocados a participarem desta programação. Portanto, iniciando sua apresentação, ele esclareceu que antes de ser feito o levantamento dessas demandas, é fundamental que os membros do comitê tenham um conhecimento mais aprofundado de como se dá a formação das mesmas, tais como: 1. O que é o PPA: um importante instrumento de planejamento governamental, exatamente porque estabelece as condições de execução das demandas, prazos e recursos, além de definir a orientação estratégica do governo, as metas e as prioridades para um período de quatro anos, iniciando no segundo ano de um governo e terminando no primeiro ano do governo seguinte, sendo assim, em 2006 está sendo concluído o PPA do governo anterior e sendo planejado o PPA para os próximos quatro anos, além de ser uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Ceará; 2. Objetivo do Plano Plurianual do governo (PPA): promover a participação dos comitês de bacias hidrográficas na construção do PPA, onde o governo está fazendo isso há algum tempo, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão, através da realização de vários encontros regionais, atendendo às macro regiões do Estado, no entanto, para o setor dos recursos hídricos, o governo está solicitando que estas demandas sejam indicadas pela visão dos comitês, ou seja, a partir das necessidades vivenciadas em cada bacia; 3. Marco legal do PPA: está baseado no art. 165 da constituição federal e no art. 203 da constituição estadual e nos instrumentos de planejamento e orçamento, ou seja, é um PPA que terá uma lei de diretrizes orçamentárias e uma lei de orçamento anual, tudo isso aprovado pelo poder legislativo estadual; 4. Processo de elaboração do PPA: será através da identificação e proposição dessas demandas, onde é necessário que seja reproduzida as diretrizes que estão na proposta do atual governo, além de objetivar promover a preservação dos recursos hídricos / manter e complementar a infra-estrutura hídrica / fortalecer a integração das bacias hidrográficas / a gestão participativa / incentivar o uso e manejo racional da água e orientar a política de recursos hídricos do Estado do Ceará, de acordo com o projeto de integração do São Francisco. Portanto, segundo o Sr. Antônio Martins, todas essas diretrizes estão calcadas na política estadual de recursos hídricos e enaltece o fortalecimento da gestão compartilhada pelo fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas; 5. Objetivos estratégicos: completar de forma gradativa a rede de infra-estrutura hídrica (ampliação da oferta) / implementar o plano de recuperação, operação e manutenção do sistema, sendo considerado por ele, uma grande ação para a gestão, além de implementar o plano racional e otimizado dos recursos hídricos, acreditando ser outra importante estratégia, pois se trata do controle do uso da água, seja da sua quantidade ou qualidade / finalização da construção do eixo de integração Jaguaribe-Metropolitana, considerada a obra mais importante hoje no Ceará / construção do eixo de integração da Ibiapaba, envolvendo as bacias do Coreaú, Acaraú e Poti-Longá, ressaltando que esse é um estudo de viabilidade que já veio para integrar as águas de parte da bacia do Parnaíba e da Chapada

da Ibiapaba, através do canal para cobrir a oferta das bacias do Coreaú e Acaraú, mediante a construção de barragens e túneis / expandir em larga escala a prática da tecnologia de coleta de água de chuva / incentivo a construção de cisternas, ressaltando a importância desse tipo de obra, já que, apesar de ser pontual, está inserido em um conjunto de obras importantes da gestão / fortalecer a gestão participativa dos recursos hídricos por bacias hidrográficas / completar de forma gradativa a rede de infra-estrutura / aproveitar a infra-estrutura existente por meio do gerenciamento da água com participação da sociedade civil, em consonância com a política do governo federal; 5. Proposta de metodologia para participação: é o método que será aplicado para o levantamento dessas demandas, sendo necessário fazer uma reflexão das potencialidades e os problemas, as causas e as interdependências referentes aos recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Estado, ou seja, se as potencialidades e os problemas são conhecidos, logo, a idéia é fazer com que isso se transforme em disponibilidades, com foco na bacia hidrográfica / levantamentos das demandas por bacias / intervenções que possam ser estruturais (referentes a obras de qualquer natureza, seja adutora, canal, açude, etc) e não estruturais (por exemplo: referente a recuperação ambiental do trecho de um rio, de uma microbacia, um estudo, uma capacitação de gestão dos recursos hídricos, etc). Segundo o expositor, é necessário que seja feita uma hierarquização dessas propostas, já que os membros do comitê é que podem apontar a importância daquelas obras relacionadas, indicando uma ordem de prioridade para a execução das mesmas, porém, foi apresentada uma sugestão para ser utilizada nos critérios de hierarquização, a seguinte seqüência de execução: 1º – obra que objetiva o abastecimento humano; 2º – obra que possibilite a melhoria da qualidade da água; 3º – obra de alcance regional, ou seja, aquilo que é de interesse e atende toda a bacia; 4º – obra de importância sócio-econômica para a população que estará sendo proposta, ou seja, o contingente populacional que atenderá se é para múltiplos usos, etc. Além disso, ele sugeriu, também, que deveria ser selecionada até quinze propostas, sendo especificado sempre a demanda, onde ela se situa, qual benefício trará, ou seja, informações relevantes que possam dar uma certa lógica, até para poder melhor hierarquizá-las, argumentando que, após elencar essa relação de demandas, na verdade isso representará uma deliberação do comitê, pois estará indicando ações a serem incluídas no PPA. O Sr. Antônio Martins informou, ainda, que no dia 06 de julho de 2007, acontecerá à reunião do grupo de articuladores, em Fortaleza, onde nesta ocasião será feita a socialização das informações, já que estarão presentes as diretorias dos comitês e, portanto, todos terão conhecimento das propostas de cada colegiado. Além disso, será feita uma verificação de inconsistência, complementaridade ou de compatibilidade das propostas, considerando que podem ser sugeridas ações que não estejam restritas apenas a uma única bacia, mas que abranjam outras, pois, segundo ele, é interessante que haja uma discussão do ponto de vista da integração das bacias. Desta forma, nesta reunião serão definidas todas as propostas, sendo que os comitês ainda teriam até o dia 10 de julho de 2007 para apresentá-las junto a Secretaria dos Recursos Hídricos, onde as mesmas serão encaminhadas à coordenação do PPA e a partir de então a SRH passará a acompanhar, encarregando-se de comunicar aos comitês às metas que forem selecionadas para serem incluídas no PPA, tendo em vista que a equipe coordenadora desse trabalho deverá fazer uma sistematização dessas metas, de acordo com os recursos financeiros disponíveis. Após essa apresentação do representante da SRH, teve início o levantamento das demandas, onde os membros do comitê se posicionaram, apontando as ações necessárias para esta sub-bacia na área dos recursos hídricos, a serem incluídas no Plano Plurianual do Ceará – PPA, começando como Sr. Raimundo Augusto Sobrinho, representante da Associação Comunitária Santa Terezinha, de Ererê, que apresentou um ofício da sua entidade, juntamente com a Associação Comunitária João Firmino de Almeida – AJFA, também daquele município, e representada no comitê pelo Sr. José Daciso Maia de Sousa, que não pôde se fazer presente a reunião, onde reivindicava para Ererê algumas ações a serem inseridas nas propostas elaboradas pelo CSBH Médio Jaguaribe para o Plano Plurianual – PPA. Essas reivindicações referiam-se a proposta de elaboração de projetos de alguns açudes, sendo eles: São Domingos, Belém, Rajada e Tomé Vieira. A justificativa para a execução destas obras, segundo o Sr. Raimundo Augusto, seria pelo fato de que, a construção das mesmas servirá para o abastecimento das comunidades São Domingos, na zona urbana de Ererê, Vila Tomé Vieira e zona rural de Baixio,

Rajada e Furquilha. Argumentando, ainda, que o açude Santa Maria, construído em 2000 para abastecer a zona urbana daquele município, fica distante 15 Km da sede, e que os recursos a serem gastos com uma adutora daria para ser construído todo esse complexo – São Domingos-Belém-Rajada e Tomé Vieira, atendendo, assim, 70% da população de Ererê. Além disso, ele informou que os referidos projetos destes açudes já foram, inclusive, discutidos na Câmara Municipal da cidade, contando, na oportunidade, com a participação da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos do município, onde ambas declararam apoio aos projetos. Estas reivindicações foram acatadas pela plenária e incluídas nas propostas, tendo sido definido, apenas, que na relação de propostas não ficaria como quatro obras diferentes, mas sim, três ações, agrupando em um dos projetos dois reservatórios, Belém e Tomé Vieira, ficando os outros dois açudes, São Domingos e Rajada, isolados em projetos diferentes. Em seguida, o Sr. Francisco Lurivan Miranda Pinheiro, representante da Prefeitura Municipal de Iracema e Secretário Geral deste colegiado, expôs as demandas existentes no seu município, estabelecendo como prioridade a construção de uma passagem molhada no Sítio Córrego Fundo. Posteriormente, o Sr. José Jerônimo de Oliveira, representante do Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – IRDSS, de Tabuleiro do Norte, colocou as necessidades de ações para aquele município, relatando a urgência para instalação de adutoras para atender as comunidades de Tapuio, Donato, Suçuarana e Barra do Feijão. Dando continuidade, o representante da Câmara Municipal de Solonópole e presidente do comitê, Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro, destacou as demandas encontradas no seu município, como a construção dos açudes Porca Magra, na comunidade de Poço do Bento, e Riacho das Pedras, na comunidade de Auriverde. Depois partiram para elencar as demandas existentes nos municípios em que não havia representação no comitê naquele momento, destacando a importância de se construir o açude Capitão-Mor, em Milhã, o início do estudo para a implantação de uma adutora em Pereiro, e o dique de contenção da cidade de Jaguaretama. Além disso, foram enumeradas algumas ações que abrangem a sub-bacia como um todo, necessárias para um maior desenvolvimento desta região e melhoramento da qualidade de vida de sua população, tais como: sistema de saneamento básico dos treze municípios; Viabilização dos projetos produtivos do complexo Castanhão e a construção de cisternas de placas em todos os municípios que necessitem. Finalizando esta discussão, foi estabelecida uma hierarquia de prioridades para o atendimento das demandas ali especificadas, ficando na seguinte ordem: 1 – Construção do açude Capitão-Mor, no município de Milha; 2 – Construção do açude Belém e Tomé Vieira, no município de Ererê; 3 – Construção do açude Porca-Magra, na comunidade de poço do Bento, no município de Solonópole; 4 – Construção do açude Riacho das Pedras, na comunidade de Auriverde, no município de Solonópole; 5 – Adutoras das comunidades de Tapuio, Donato, Sussuarana e Barra do Feijão, no município de Tabuleiro do Norte; 6 – Estudo da adutora do município de Pereiro; 7 – Implantação do sistema de saneamento básico nos municípios da sub-bacia do Médio Jaguaribe; 8 – Construção do açude São Domingos, no município de Ererê; 9 – Construção do açude Rajada, no município de Ererê; 10 – Construção da passagem molhada no Sítio Córrego Fundo, no município de Iracema; 11 – Construção do dique de contenção, no município de Jaguaretama; 12 – Viabilização dos projetos produtivos do complexo Castanhão; 13 – Construção de cisternas de placas em todos os 13 municípios da sub-bacia, de acordo com as suas necessidades. As definições destas propostas foram acatadas e aprovadas por todos os membros do comitê. Nada mais havendo a se tratar e dando-se por concluída esta reunião, eu, Vandebergue Martins Chaves, Secretário Administrativo do comitê, declaro encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros do CSBH Médio Jaguaribe.